



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.006279/2025-45

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Serviço de Locação de Veículos. Item 20250269 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 81.621.450,00 (período de 60 meses).** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral e da Primeira-Secretaria.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos para atendimento aos Senadores e Alta Direção da Casa, no Distrito Federal - DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos, visando o atendimento às atividades do Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 81.621.450,00** (oitenta e um milhões, seiscentos e vinte e um mil e quatrocentos e cinquenta reais), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.079153/2025-18).

A Secretaria de Patrimônio – SPATR justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.077229/2025-71), conforme transcrição a seguir:

[...]

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. Vale esclarecer as diferenças entre locação de veículos a pessoas físicas ou pequenos grupos (varejo) e locação de frotas (atacado). Não é comum, no ramo de locação de veículos, o fornecimento de combustível e lavagem automotiva para o varejo, aquela que se destina às pessoas físicas e pequenos grupos¹. Na locação de frotas, a oferta, além de comum, vem se tornando a tendência.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Em geral, o mercado atualmente oferece o serviço de locação de frotas de maneiras diversas, sendo as mais relevantes:

- locação + manutenção + combustível + motorista;
- locação + manutenção + combustível;
- locação + manutenção.

Nos modelos acima, frise-se, o serviço “locação” inclui taxas, impostos, seguro obrigatório e facultativo. Já o serviço “manutenção” inclui lavagem automotiva e revisões periódicas.

As relações comerciais em qualquer atividade passam por um natural processo evolutivo e que acabam por refletir-se nas contratações empreendidas por órgãos e entidades públicas, incorporando, ao longo do tempo, variações de modelos com o objetivo de ajustar-se a novos mercados e suas mais diversificadas exigências. As inovadoras ferramentas tecnológicas de gestão e de comunicação facilitam e tornam possíveis desafios antes tidos como complexos.

O gerenciamento de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos são hoje efetuados com ferramentas e instrumentos simples de gestão. Com tags, cartões, leitoras e senhas, o gerenciamento é efetuado “on line” a partir de simples soluções informatizadas em formato “web”. São vários programas disponíveis, inclusive com acesso para smartphones, desenvolvidas por redes de postos e, muitas vezes, pelas próprias locadoras. Quando não contratam gerenciadoras, o que vem se tornando mais raro, gerenciam elas mesmas, buscando reduzir os custos e negociando diretamente com rede de postos ou distribuidores. Algumas, inclusive, dispõem do chamado “caminhão comboio”, permitido pelas autoridades fiscalizadoras para abastecimento de frotas no local onde se encontram. Enfim, qualquer empresa ou locadora pode hoje, com facilidade, gerenciar o abastecimento de sua frota.

Outrossim, cabe frisar que o Senado pagará à futura CONTRATADA um valor por quilômetro efetivamente rodado. Ou seja, pagar-se-á pelo serviço efetivamente prestado, respeitadas as franquias mínimas de quilometragem indicadas no Termo de Referência, calculadas a partir das médias de deslocamento da frota nos anos de 2021/2022 e ainda nos anos de 2023/2024. Tal formato torna a contratação mais eficiente e racionaliza a gestão e a fiscalização, focando-a no resultado. Elimina a necessidade de fiscalização e monitoramento de contrato de abastecimento e lavagem. Tal tarefa passa a ser da futura CONTRATADA, uma vez que ao Senado interessará apenas a medição da quilometragem rodada para fins de pagamento.

O modelo proposto é intermediário (locação + manutenção + combustível) e elimina a figura do motorista. O formato já é adotado pelo Senado para veículos de serviço. O atual modelo de locação para veículos de serviço (Contrato nº 081/20232), com vigência de 20/04/2023 até 19/10/2025 é exatamente o que aqui se pretende para veículos de Senadores.

Ainda quanto à vantagem dos “créditos em quilometragem”, há adequação à dinâmica das atividades legislativas, que apresenta meses de grande movimentação e outros (períodos de recesso parlamentar) com pouco ou





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

nenhuma movimentação dos veículos. Tais quilometragens não utilizadas em um mês transformam-se em créditos para uso em meses em que eventualmente ocorram excedentes. Formato bastante racional também sob essa ótica.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser CONTRATADA

1.2.2.1. A contratação visa dar continuidade aos serviços prestados, todos descritos no Contrato nº 081/2023. O serviço é considerado de natureza continuada e se mostra necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições. A interrupção irá comprometer a continuidade das atividades. A contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro. Devido a sua importância, e no intuito de sempre melhor atender o Senado Federal, faz-se necessária a contratação, uma vez que o Órgão não dispõe de veículos para as atividades de transporte de Senadores, Diretor(a)-Geral, Secretário(a)-Geral da Mesa e Presidente do Senado.

1.2.2.2. A quantidade total de veículos será 80 (oitenta) unidades, obedecidas as seguintes especificações: Item I, 79 (setenta e nove), sendo 77 (setenta e sete) para os Senadores, 1 (um) para o (a) Secretário(a)-Geral da Mesa e 1 (um) para o(a) Diretor(a)-Geral. Item II, 1 (um) Veículo Adaptado para atendimento à Senadora Pessoa Com Deficiência;

1.2.2.3. O quantitativo de veículos apresentado no item anterior, Item I, pode sofrer redução ou acréscimo de até 5% do total, sem necessidade de aditivo de supressão ou acréscimo, condicionada à manifestação expressa do Senador que decline de seu direito ao uso do veículo. Tal medida visa atender à dinâmica de posse e licença de Senadores e suplentes, que não pode prescindir de agilidade na disponibilização de veículo ou de sua devolução. Assim, frequentemente ocorre de um Senador titular declinar de seu direito ao uso do veículo oficial;

1.2.2.4. Excepcionalmente será aceito veículo adaptado seminovo, quando a quilometragem for inferior a 70.000km rodados, para atendimento à Senadora Pessoa Com Deficiência;

1.2.2.5. Diante da dificuldade em localizar veículos novos no mercado que atendam as condições restritas do objeto, e ainda, pelo elevado valor estimado para contratação de novo veículo adaptado (valor esse muito superior ao aluguel dos veículos utilizados pelos demais Senadores, conforme pesquisa de preço realizada no documento de NUP 00100.85777/2024-93, e levando em consideração o curto período para o término do mandato da parlamentar, o gabinete manifestou-se pela razoabilidade de se utilizar veículo seminovo.

1.2.2.6. É cediça a necessidade de se garantir veículo disponível para todos os Senadores e Senadoras, incluindo parlamentar pessoa com deficiência, sendo este o interesse público do Senado em receber os veículos.

1.2.2.7. O pagamento pela prestação do serviço será efetuado de forma proporcional ao número de veículos disponibilizados.

1.2.2.8. O quantitativo previsto no termo de referência para a quantidade de 77 (setenta e sete) veículos para os Senadores deu-se em razão de parlamentares terem declinado expressamente do direito ao veículo.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

[...]

Por meio do Ofício nº 332/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.079164/2025-06), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para as seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Patrimônio - SPATR do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.061994/2025-79, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.077229/2025-71, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretoria-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

A justificativa para a quantidade a ser contratada consta do subitem 1.2.2 do Termo de Referência (NUP 00100.077229/2025-71).

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativa de Despesas sob o documento nº 00100.064382/2025-38, projetando-se o custo geral estimado para 60 (sessenta) meses em **R\$ 81.621.450,00**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento nº 00100.064407/2025-01, cuja validade é até 7/10/2025.

Sobre o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a COCVAP informou que: *“Verifica-se que a Solicitação nº 1942 de dispensa de ETP ainda não foi deliberada pelo Comitê de Contratações.”*

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.066939/2025-75.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.067019/2025-74, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.069544/2025-24, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.069553/2025-15.

Em relação ao questionamento direcionado ao órgão técnico sobre a aprovação da dispensa de elaboração do ETP para a contratação em questão, a SPATR se manifestou nos seguintes termos:

A dispensa do Estudo Técnico Preliminar foi deferida pelo Comitê e está expressa no final das fls. 8, 9 e 10 do documento de NUP 200.006279/2025-45 (VOLUME 1), a título de observação. Entretanto, não encontramos no BASF a ata resultante da reunião que deliberou acerca da dispensa. No ano de 2025, consta publicada apenas a Ata da 1ª Reunião, que ocorreu em 13/2/2025, publicada no BASF em 28/2/2025.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.070173/2025-23, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 282/2025 (NUP 00100.073805/2025-19) analisou os autos e concluiu que “*Atendidas as recomendações e alcançadas as deliberações superiores, as minutas de edital e de contrato estarão aptas a regular o procedimento licitatório pretendido, sem a necessidade de retorno a esta Advocacia.*”

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para ciência e manifestação sobre as recomendações jurídicas. O referido órgão se pronunciou por meio do NUP 00100.075892/2025-31 e, adicionalmente, complementou sua análise por despacho registrado no SIGAD.

No que diz respeito à exigência prevista no subitem 11.3.2.1, alíneas “a” e “b” da minuta de edital, especialmente no que se refere ao patrimônio líquido mínimo e aos índices contábeis, destaca-se o registro realizado pela Advocacia:

[...]

[...] **não é recomendável adotar de modo alternativo as exigências estabelecidas nas alíneas a) e b) do item 11.3.2.1. da minuta editalícia, de acordo com a jurisprudência e a doutrina acima detalhados. O elevado valor estimado da contratação pode justificar a cumulatividade dos requisitos, sendo essa uma possibilidade a ser avaliada em cada caso.**

Ressalta-se aqui, mais uma vez, que exigir um patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, no presente caso, poderá acarretar reduzida competitividade para o certame.

[...]

De acordo com a interpretação acima ventilada, **recomenda-se alteração no item 11.3.2.1., alínea a) do edital, com adoção máxima de patrimônio líquido equivalente a 10% do valor anual da proposta.**

[...]

Diante de todo o exposto, recomenda-se:

[...]

c) alteração no item 11.3.2.1., alínea a) do edital, com adoção máxima de patrimônio líquido equivalente a 10% do valor anual da proposta;

[...]

análise da possibilidade de adoção cumulativa, e não alternativa, das alíneas a) e b) no item 11.3.2.1 no edital. [grifo nosso]

Dessa forma, a base de avaliação do patrimônio líquido foi alterada para o “valor anual da proposta”, na alínea “a” do subitem 11.3.2.1 da minuta do edital, conforme sugestão da Advocacia e com a anuência do órgão técnico.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Ademais, em relação à recomendação do órgão jurídico para que fosse avaliada a adoção cumulativa — e não alternativa — das alíneas “a” e “b” do subitem 11.3.2.1 do edital, a SPATR acatou a orientação e promoveu o ajuste no subitem 3.1.4.2 do Termo de Referência, passando a exigir, **de forma cumulativa**, tanto o patrimônio líquido quanto os índices contábeis (Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente).

Em decorrência disso, a minuta do edital foi devidamente ajustada para refletir tal alteração.

Quanto ao critério de adjudicação proposto pelo órgão técnico, qual seja: menor preço global, a ADVOSF consignou:

Sob o ponto de vista estritamente jurídico que cabe a esta Advocacia, o órgão técnico apresentou justificativa para a inconveniência do parcelamento dos itens a serem licitados, conforme item 2.5.1. do TR.

Sem embargo, caberá à autoridade competente deliberar acerca da suficiência das razões apresentadas para a adoção do critério de adjudicação no caso ora tratado. [grifo nosso]

No que tange à recomendação do órgão jurídico para incluir, no Termo de Referência, a justificativa para a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, acompanhada da respectiva ata de deliberação do Comitê de Contratações, a SPATR se manifestou, por intermédio do NUP 00100.075892/2025-31, nos seguintes termos:

A solicitação de contratação de nº 1942 foi aprovada por delegação, devido à criticidade do objeto, logo depois da última reunião do Comitê de Contratações. Como ainda não houve uma nova reunião, também não houve publicação de Ata e seus anexos, onde constaria a contratação aprovada e a respectiva dispensa de ETP. Assim que ocorrer uma nova reunião do Colegiado, prevista para a primeira quinzena de maio/2025, faremos a publicação e informaremos a SPATR para que possam incluir o extrato no processo da contratação em tela.

No que concerne à juntada aos autos, do adendo à autorização da contratação pretendida, a SPATR esclareceu que “*juntamos aos autos o histórico de ações no sistema SENIC onde consta a alteração do valor disponibilizado para a contratação, nos termos do 1º adendo à Contratação 20250269*”, consoante NUP 00100.075872/2025-60-3.

Cumpre assinalar que, por ocasião do envio dos autos à ADVOSF para análise jurídica da contratação, foram incluídas notas destinadas à apreciação do órgão jurídico. Observa-se, contudo, que uma das notas não foi abordada no parecer, o qual, ainda assim, opinou pela aptidão da minuta para regular o procedimento licitatório. Diante disso, mantiveram-se as disposições originalmente constantes no texto da minuta, as quais reproduzem integralmente o conteúdo previamente estabelecido no Termo de Referência.

As demais recomendações de ajustes redacionais exarados pelo órgão jurídico foram efetivadas na minuta de edital.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.078573/2025-87. A contratação está prevista no item 20250269 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.079153/2025-18 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Cabe ressaltar que o prosseguimento do feito está condicionado à deliberação favorável da **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, quanto à autorização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica esposou a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Guilherme Ferreira da Costa
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. Considerando que a SPATR é o órgão técnico que detém conhecimento e expertise acerca do objeto a ser contratado, **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.077229/2025-71), com a adoção do critério de adjudicação pelo menor preço global; bem como a minuta de edital (documento nº 00100.079153/2025-18), nos termos propostos;

2 **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de **R\$ 81.621.450,00** (oitenta e um milhões, seiscentos e vinte e um mil e quatrocentos e cinquenta reais), prevista no item 20250269 do Plano de Contratações;

3. Considerando a manifestação do Comitê de Contratações que atesta que a solicitação da contratação de nº 1942 foi aprovada por delegação devido a criticidade do objeto (documentos nºs 00100.075872/2025-60-1 e 00100.075872/2025-60-2), **APROVO** o prosseguimento do certame, independentemente da publicação da Ata da Reunião do Comitê de Contratações, na qual constataria a aprovação da dispensa de elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, referente à presente contratação;

4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos à **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, para deliberar quanto à oportunidade e conveniência de realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos propostos.

Havendo deliberação favorável ao seguimento do certame, encaminhem-se os autos à **AADGER** e à **SADCON** para as providências pertinentes.

Brasília, 7 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 2403 de 2025

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.006279/2025-45**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **Marcelo Puget Monteiro**, matrícula nº 52775 e **Sandro Jacintho de Almeida**, matrícula nº 365820, respectivamente, como gestores, titular e substituto, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

